

**BOLETIM** 

**DE OLHO**

**NO CORONA!**



**Campanha  
Maré diz NÃO  
ao Coronavírus**

**REDESDAMARE.ORG.BR  
FAÇA PARTE!**

Esta publicação faz parte da campanha "Maré Diz NÃO ao Coronavírus", viabilizada a partir da articulação com uma rede de parcerias com diversas instituições e pessoas físicas.

O "De Olho no Corona!" é um canal de acolhimento de moradoras e moradores das favelas da Maré sobre acesso a direitos, violações, casos da Covid-19 e as condições das políticas públicas no território em tempos de pandemia.

# O IMPACTOS DO CORONAVÍRUS SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

A 10ª edição do Boletim "De Olho no Corona!" aborda os principais impactos da pandemia de Covid-19 sobre a população em situação de rua. Esta, muitas vezes invisível para a sociedade e para o poder público, vem sofrendo ainda mais durante a pandemia em função da ausência de políticas públicas voltadas às suas necessidades, tais como segurança alimentar, serviços de saúde e acesso a itens de higiene e de proteção à contaminação pelo vírus. Através das ações realizadas pela Redes da Maré direcionadas a essas pessoas, tornou-se possível reunir depoimentos e evidências sobre as condições em que estão vivendo durante a pandemia de Covid-19.

## MORADORES COM SUSPEITA OU CONFIRMAÇÃO DE COVID-19 NA MARÉ ATÉ 06/07

**1.275**

PESSOAS COM SUSPEITA  
OU CONFIRMAÇÃO DE  
COVID-19 NA MARÉ



**369**

CASOS  
CONFIRMADOS  
Painel Rio COVID-19

**906**

CASOS SUSPEITOS,  
SEM CONFIRMAÇÃO  
"De Olho no Corona!"

## ÓBITOS POR COVID-19 NA MARÉ ATÉ 06/07

**112**

ÓBITOS SOB SUSPEITA  
OU CONFIRMAÇÃO DE  
COVID-19 NA MARÉ



**83**

ÓBITOS COM CONFIR-  
MAÇÃO DA DOENÇA  
Painel Rio COVID-19

**29**

ÓBITOS COM SUSPEITA DE  
COVID-19, SEM CONFIRMAÇÃO  
"De Olho no Corona!"

## DADOS DE COVID-19 NA MARÉ

Após quase quatro meses de pandemia os números de pessoas infectadas pelo novo coronavírus segue crescendo no Brasil, que permanece na segunda posição entre os países com maior ocorrência, totalizando 1.623.284 casos confirmados e 65.487 óbitos até o dia 06/07. No município do Rio de Janeiro, segundo o Painel Rio COVID-19<sup>1</sup>, administrado pela Prefeitura, foram contados 60.596 casos confirmados e 6.924 óbitos até a mesma data, dos quais, 369 casos e 83 óbitos de moradores da Maré. Assim, na semana de 30/06 a 06/07, o número de casos confirmados no município aumentou 7% e o de óbitos, 8%. Na Maré, no mesmo período, o número de casos confirmados subiu 8% - de 342 para 369 - e o de óbitos, 2% - de 81 para 83.

Dados do “De Olho no Corona!” apontam que, até o dia 06/07, 906 moradores já apresentaram sintomas da doença, mas não tiveram acesso a teste ou diagnóstico. Somando esses aos 369 confirmados no Painel Rio Covid-19, nota-se que a parcela de moradores que não conseguem o diagnóstico alcança, no mínimo, 71% dos acometidos pelos sintomas. Em outras palavras, de cada dez moradores da Maré que apresentam sintomas de Covid-19, apenas três acessam um teste ou diagnóstico.

Em relação aos moradores que faleceram, o “De Olho no Corona!” contabilizou 29 óbitos com suspeita de Covid-19 até o dia 06/07, sem novos registros nas últimas três semanas.

**DE CADA DEZ MORADORES DA MARÉ QUE APRESENTAM SINTOMAS DE COVID-19, APENAS TRÊS ACESSAM UM TESTE OU DIAGNÓSTICO.**



## POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, SEGURANÇA ALIMENTAR E ACESSO A DIREITOS NA MARÉ

O ritmo das cidades mudou com as medidas de isolamento social para evitar a disseminação do vírus e isso afetou drasticamente as pessoas que estão em situação de rua. As restrições ao funcionamento do comércio e dos serviços e, conseqüentemente, a menor circulação de pessoas reduziram as possibilidades que tinham de conseguir alimentação e garantir a sobrevivência. Além disso, as medidas de prevenção são extremamente difíceis de serem praticadas quando as pessoas não têm domicílio e, tampouco, acesso à água ou local para higienização. Os relatos de dois moradores que vivem em situação de rua dentro da Maré ilustram essa realidade:



“Por causa dessa epidemia do vírus, está difícil até de arrumar uma água pra beber, não tem máscara, não tem álcool em gel. Então a situação está muito difícil ainda pra nós”.



“Depois dessa epidemia ficou um pouco ruim, essa epidemia atrasou o lado do trabalhador, atrasou o lado dos garimpeiros - que também são gente -, dos moradores de rua. Essa epidemia contagiou e ficou difícil pra tudo... pra emprego. Vou tirar por mim mesmo, eu tenho os documentos tudo completo, antes da epidemia tinha uma comunicação legal, depois da epidemia perdi a comunicação de emprego, está difícil de aceitar funcionário. Tudo através dessa pandemia ficou um pouco mais difícil”.

Uma das principais necessidades das pessoas que não têm domicílio é a alimentação. Reconhecendo essa demanda, a Redes da Maré articulou, desde o início da pandemia, por meio do eixo de Desenvolvimento Territorial da instituição e da campanha Maré diz NÃO ao Coronavírus, a entrega de refeições para a população em situação de rua. Apesar do esforço para responder à necessidade imediata dos moradores da Maré que vivem em situação de rua, com a distribuição de mais de 26 mil refeições (além de kits de higiene pessoal) ao longo de 15 semanas, é sabido que ações de solidariedade não mudam a estrutura das condições de vida dessas pessoas e que, nesse período de pandemia, uma política destinada ao cuidado da população em situação de rua se faz urgente. Todavia, o que se

vê são apenas medidas pontuais do poder público, com pouco impacto para aqueles que estão em condições de maior vulnerabilidade. Um exemplo foi a ampliação do horário de funcionamento do Restaurante Popular - um deles localizado próximo à Maré, na Avenida Brasil - durante o período da pandemia sem, contudo, a adoção de uma política de gratuidade, diferentemente do que ocorreu, por exemplo, no Rio Grande do Norte<sup>2</sup>.

Outro problema social relevante na vida de pessoas que estão em situação de rua é a falta de documentos, requisito necessário para o acesso às políticas da assistência social, como Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada e, no momento, o Auxílio Emergencial. Na amostra realizada pela equipe da Redes da Maré com pessoas que recebem as

refeições, entre as 49 que responderam ao questionário, 35 não tinham quaisquer documentos, ou seja, mais de 70%. Sem eles, essas pessoas ficam impedidas de serem assistidas pelas políticas públicas. A estratégia adotada pelos organismos públicos consiste, até aqui, na oferta de atendimento online para facilitar a solicitação de documentos. No entanto, em geral, a população em situação de rua também não tem recursos para acessar serviços online.

## É SABIDO QUE AÇÕES DE SOLIDARIEDADE NÃO MUDAM A ESTRUTURA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DESSAS PESSOAS E QUE, NESSE PERÍODO DE PANDEMIA, UMA POLÍTICA DESTINADA AO CUIDADO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA SE FAZ URGENTE



**70% DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA ENTREVISTADAS PELO “DE OLHO NO CORONA!” NÃO TÊM DOCUMENTAÇÃO E, LOGO, NÃO CONSEGUEM ACESSAR AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**



**O ATENDIMENTO ONLINE OFERECIDO PARA SOLICITAR A EMISSÃO DE DOCUMENTOS NÃO É ACESSÍVEL PARA ESTA POPULAÇÃO**



**1/3 DOS ENTREVISTADOS NÃO É ACOMPANHADO POR NENHUM SERVIÇO DE SAÚDE**

Nessa mesma perspectiva, 19 pessoas da amostra afirmaram não serem acompanhadas por nenhum serviço de saúde, o que corresponde a mais de 1/3 dos entrevistados. O período da pandemia é extremamente preocupante no que diz respeito às pessoas em situação de rua, pois, por causa das condições em que vivem, costumam ter vários problemas de saúde, inclusive, doenças pulmonares como a tuberculose. Além disso, têm maior dificuldade de acesso às unidades de saúde, seja pela falta de documentação ou comprovante de residência seja pelo estigma que sofrem nesses equipamentos públicos por parte dos funcionários. Uma forma de responder à dificuldade de acesso dessa população aos serviços de saúde foi a criação dos Consultórios na Rua (CNR), instituídos pela Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) em 2011, que integram a atenção básica da Rede de Atenção Psicossocial. As equipes do CNR desenvolvem ações voltadas para a orientação e o cuidado à saúde de pessoas que vivem em situação de rua, inclusive, na busca ativa e cuidado aos usuários de álcool, crack e outras drogas nas cenas de consumo.

Na edição deste Boletim, a Redes da Maré entrevistou a equipe do Consultório na Rua da AP 3.1, que atende o conjunto de favelas da Maré, com a intenção de compreender os impactos da pandemia na saúde da população de rua nesta região. Segundo o relato da equipe, entre março e julho, o Consultório na Rua da AP 3.1 acompanhou seis internações de pessoas em situação de rua em decorrência do novo coronavírus: duas foram a óbito, uma está na UTI e três tiveram alta. Além disso, atendeu 32 pessoas sintomáticas na unidade de referência e acompanham outras 15 em situação de rua dentro da Maré.

Com relação à testagem, a equipe do CNR informou que, anteriormente, conduzia pessoas com suspeita de Covid-19 para um local específico na unidade de saúde, onde os pacientes sintomáticos são, em geral, atendidos, avaliados e, quando necessário, encaminhados para testagem e internação. Entretanto, após a publicação da Resolução SMS nº 4.387, de 29 de abril de 2020, e da Nota Técnica Conjunta S/SUBPAV/CTEO e SVS nº 04/2020, que determinaram a ampliação da testagem para a popula-

ção-alvo, inclusive a população em situação de rua, o fluxo de atendimento sofreu alterações. No fim de junho e início de julho, a equipe do CNR recebeu testes rápidos para aplicação direta às pessoas que apresentem sintomas compatíveis com Covid-19, a fim de conduzir ao tratamento somente as pessoas testadas positivo.

A equipe do CNR relata que ocorreu um aumento significativo na demanda de trabalho e, em especial, dos casos “suspeitos sintomáticos respiratórios”. Esse aumento, associado ao afastamento de alguns profissionais, sobrecarregou a equipe, dificultando o atendimento integral das demandas dos usuários. Entendendo os desafios desse contexto, a equipe vem realizando não só o trabalho habitual de atendimento em saúde, bem como entrega de refeições, material de higiene e galões de água potável.

Diante da pandemia e das respostas dos governos municipal, estadual e federal, observa-se uma falta de conhecimento sobre o cotidiano e as necessidades das pessoas em maior situação de vulnerabilidade. Além

## OBSERVA-SE UMA FALTA DE CONHECIMENTO SOBRE O COTIDIANO E AS NECESSIDADES DAS PESSOAS EM MAIOR SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

da ausência de políticas que prestem assistência e resguardem essa população durante a pandemia, o poder público ainda agrava a situação com medidas arbitrárias e violentas. Na madrugada do dia 26 para o dia 27 de abril, as pessoas que pernoitam à margem da Av. Brasil, próximo à passarela 10, relataram que uma operação do Choque de Ordem da Prefeitura removeu os abrigos improvisados e cerca de 35 moradores de rua ficaram ao relento no auge da pandemia.



## A INVISIBILIDADE DA POPULAÇÃO DE RUA EM MEIO À PANDEMIA

O Censo Demográfico do IBGE não contabiliza a população em situação de rua e o país carece de levantamentos sistemáticos e confiáveis sobre essas pessoas, o que dificulta sua inclusão no planejamento das políticas públicas. Nesse sentido, o contexto atual de pandemia reproduz, de forma agravada, a invisibilidade desse contingente nas ações de enfrentamento ao novo coronavírus, evidenciando a ineficiência do poder público quanto à oferta de espaços de acolhimento adequados às normas sanitárias de distanciamento social, segurança alimentar, higiene e atenção à saúde.

A Nota Técnica do IPEA nº 73, publicada em junho de 2020<sup>3</sup>, apresenta uma estimativa de 221.869 pessoas em situação de rua no Brasil em março deste ano. O estudo destaca que análises preliminares de dados diários do Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico – já indicam a possibilidade de algum efeito da pandemia, mas, de certo, é nítida a aceleração recente do número de pessoas em situação de rua cadastradas, provavelmente, muito relacionada à crise econômica e ao desemprego dos últimos anos – e é nesse cenário já preocupante que a pandemia do coronavírus impõe seu desafio.

Segundo o jornal Extra<sup>4</sup>, de janeiro a junho deste ano, 32.247 pessoas em situação de rua foram atendidas pelos equipamentos da assistência social e 7.192 passaram pelas instituições de acolhimento no Rio de Janeiro (dados da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SMASDH). A matéria, publicada no dia 03 de julho, relata que teria havido, segundo a defensora pública Carla Beatriz Maia, um aumento significativo no número de pessoas em situação de rua nos últimos meses na cidade do Rio de Janeiro e em outras como Angra dos Reis, Vassouras e Nova Friburgo. A Prefeitura do Rio não sabe informar o tamanho dessa população e, tampouco, o número de infectados pelo novo coronavírus. O último levantamento oficial foi realizado em 2016 e contou 14 mil pessoas morando nas ruas da cidade.

### A PREFEITURA DO RIO NÃO SABE INFORMAR O TAMANHO DESSA POPULAÇÃO E, TAMPOUCO, O NÚMERO DE INFECTADOS PELO NOVO CORONAVÍRUS

A SMASDH informou ao Extra que dez pessoas foram diagnosticadas com síndrome respiratória aguda, mas o município não sabe se são casos de Covid-19. Ainda segundo o jornal, a SMASDH divulgou, por meio de nota, que há quatro casos suspeitos da doença em abrigos da cidade, sendo três em isolamento, porém, não testados.

As diversas vulnerabilidades das pessoas que estão em situação de rua nos desafia a repensar a cada dia a respeito da promoção de cuidados, pois as ofertas não contemplam as necessidades e demandas, em especial, neste momento. As lacunas na assistência à população em situação de rua e uma série de impasses colocados no trabalho do Consultório na Rua são evidentes. As informações referentes à população em situação de rua na Prefeitura do Rio de Janeiro são poucas e evidenciam a invisibilidade dessa parcela da sociedade no contexto de pandemia.

**AS ALTERNATIVAS POSTAS PELO GOVERNO DURANTE A PANDEMIA MAIS UMA VEZ EVIDENCIAM A TENTATIVA DE INVISIBILIZAR OS MORADORES DE RUA COM UMA POLÍTICA QUE TEM FORTES TRAÇOS HIGIENISTAS E ESTIGMATIZAM ESSA PARCELA DA POPULAÇÃO COMO UMA AMEAÇA AO CONJUNTO DA SOCIEDADE, MESMO QUE ELA SEJA A MAIOR AFETADA NOS PERÍODOS DE CRISE**

A Prefeitura apresentou como principais medidas a adaptação do Sambódromo para receber essa população e o aumento no atendimento dos serviços solidários, como o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP). Apesar dessas ações serem importantes, elas não modificam as estruturas que são primordiais para assegurar condições mínimas de desenvolvimento e progresso para esse grupo vulnerável. Não bastasse a inércia da administração municipal, o **"De Olho no Corona!"** não encontrou informação disponível sobre ações do Governo do Estado direcionadas às pessoas em situação de rua, a não ser a já mencionada extensão do horário de funcionamento do Restaurante Popular.

Segundo o site da Prefeitura do Rio de Janeiro<sup>5</sup>, a gestão municipal ingressou no dia 22/06, por meio da Procuradoria Geral do Município (PGM), com ação na Justiça para acolher compulsoriamente, nos Centros de Recepção do município, a população em situação de rua dos bairros de Copacabana, Leme, Glória, Centro, Lapa e Méier. Na avaliação da Prefeitura, essa medida visa à proteção

das pessoas em vulnerabilidade social e, ao mesmo tempo, da população em geral, que, segundo o site da Prefeitura, "costuma ser abordada por moradores de rua, alguns dos quais sem o uso de máscaras nem acesso a álcool em gel ou que não praticam o distanciamento de dois metros, além de dormirem com rostos colados em superfícies onde os transeuntes pisam, criando condições férteis para a disseminação do novo coronavírus".

As alternativas postas pelo governo durante a pandemia mais uma vez evidenciam a tentativa de invisibilizar os moradores de rua com uma política que tem fortes traços higienistas e estigmatizam essa parcela da população como uma ameaça ao conjunto da sociedade, mesmo que ela seja a maior afetada nos períodos de crise. Diversos movimentos ligados à população de rua redigiram uma nota de repúdio contra a proposta de internação compulsória<sup>6</sup>. Segundo a nota, as propostas referentes à internação compulsória foram contraindicadas pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), que divulgou nota técnica afirmando que a "priorização de medida extrema como a internação compulsória" está na "contramão do conhecimento científico sobre o tema" e pode "exacerbar as condições de vulnerabilidade e exclusão social".



Os movimentos ligados à temática destacam algumas medidas que deveriam ser tomadas pelo poder público e, de fato, contribuiriam para a garantia de direitos da população de rua. São elas:



[1] O acesso à moradia, tendo em vista que as medidas de prevenção ao contágio pelo Covid-19 ainda compõem a melhor estratégia para mitigar as consequências da pandemia na saúde da população. Sendo assim, adotar o isolamento social deve ser um direito acessível e de fácil execução para as populações mais vulneráveis, tendo o acesso à moradia digna em primeiro lugar ou, como um “trânsito” à moradia digna e de qualidade, o acesso às unidades de acolhimento transitório em segundo lugar.



[2] A elaboração de estratégias para descomplexificar o acesso à renda emergencial pelas populações mais vulneráveis, já que as medidas propostas pelo governo federal têm sido mais um dos entraves para o acesso a direitos durante a pandemia. O que tem sido visto é que as pessoas em situação de rua encontram dificuldades para solicitar o auxílio e, quando conseguem, muitos têm o auxílio emergencial negado.



[3] O direito à saúde pública, que deve ser também uma preocupação do Governo do Estado do Rio de Janeiro, bem como de todo o poder público executor de políticas públicas. Se há preocupação com a condição de saúde da população, é preciso pensar em medidas que fortaleçam e garantam o acesso às políticas de saúde. E uma das formas de viabilizar o acesso das populações vulneráveis às políticas de saúde é investir nos equipamentos responsáveis por atender e acolher a população em situação de rua, tal como o Consultório na Rua.



A Redes da Maré, através da publicação do Boletim “**De Olho no Corona!**”, busca chamar atenção do poder público e da sociedade em geral sobre as condições de vida e as necessidades da população da Maré frente à pandemia do coronavírus. Ao longo das últimas nove publicações, a organização tem evidenciado os casos que são invisíveis ao poder público, por conta da ausência de testagem e da dificuldade de atendimento nas unidades de saúde locais.

Esse contexto é ainda mais grave para a população em situação de rua, que sobrevive com quase nenhum acesso às políticas de assistência e aos cuidados na rede de atenção à saúde. Por isso, a Redes da Maré faz coro com as organizações parceiras que trabalham e atuam com a população em situação de rua para que o poder público assuma a responsabilidade quanto à cobertura de políticas públicas específicas para essas pessoas, protegendo-as e auxiliando-as durante o período da pandemia.

No entanto, entendendo também que esse público necessita de ações estruturadas e de longo prazo, a Redes da Maré continuará cobrando que as políticas direcionadas às pessoas em situação de rua sejam sempre aperfeiçoadas e durem para além do período da pandemia.

FOTOS: DE DOUGLAS LOPES

- 1 <https://experience.arcgis.com/experience/38efc69787a346959c931568bd9e2cc4>
- 2 <https://www.saibamais.jor.br/populacao-de-rua-refugiados-e-migrantes-terao-refeicao-gratuita-em-restaurantes-populares/>
- 3 [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/200612\\_nt\\_disoc\\_n\\_73.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200612_nt_disoc_n_73.pdf)
- 4 <https://extra.globo.com/noticias/rio/sem-dinheiro-do-aluguel-pessoas-que-perderam-trabalho-na-pandemia-fazem-crescer-populacao-de-rua-no-rio-rv1-1-24513119.html>
- 5 <https://riocontraocorona.rio/noticias/prefeitura-do-rio-aciona-justica-para-acolher-populacao-em-situacao-de-rua-e-evitar-a-propagacao-da-covid-19/>
- 6 <http://pbpd.org.br/nota-de-repudio-contra-proposta-de-internacao-compulsoria-a-populacao-em-situacao-de-rua-na-cidade-do-rio-de-janeiro/>

REALIZAÇÃO:



PARCEIROS:





**Campanha  
Maré diz NÃO  
ao Coronavírus**

**REDESDAMARE.ORG.BR  
FAÇA PARTE!**



E10-07-20

